



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

INTERVENÇÃO DE EDUARDO FERRO RODRIGUES,

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

ABERTURA DO ANO JUDICIAL

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - 18 JANEIRO 2018

A saúde de uma democracia confunde-se sempre com a saúde do seu Sistema de Justiça.

Uma democracia assente na procura de um acesso à Justiça igualitário e universal é uma democracia de qualidade, onde todo e qualquer cidadão deve encontrar os meios para defender os seus interesses e os seus direitos.

Uma Justiça que funcione de forma célere e eficaz é uma Justiça que garante a confiança dos cidadãos.

Uma justiça que funcione de forma célere e eficaz nas áreas das relações comerciais e laborais é hoje um reconhecido fator de atração de investimento.

Em suma, a boa administração da Justiça é amiga da qualidade da democracia e condição de desenvolvimento económico e social.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Uma Justiça independente é sempre condição necessária ao funcionamento de uma democracia pluralista.

Quero aproveitar este momento para saudar publicamente a Comissão Europeia pelo processo que recentemente abriu a propósito de derivas autoritárias atentatórias do princípio democrático da separação de poderes num Estado europeu.

A União Europeia não é um mero espaço económico. A União Europeia valoriza-se e distingue-se quando se afirma, antes de tudo, como projeto de paz, justiça e democracia.

Se virmos a insistência com que nas últimas décadas se tem falado de crise da Justiça, teríamos de nos surpreender com o facto de o regime democrático e a economia estarem a resistir aparentemente tão bem.

Não ignoro, não podemos ignorar, a dimensão da pendência dos processos e o seu nível de resolução. Mesmo sabendo que os anos mais recentes têm sido marcados por saldos mais positivos ao nível das ações executivas.

Penso, contudo, que o caminho para a superação deste défice de Justiça não se encontra no catastrofismo dos diagnósticos mediáticos mas antes no exemplo, no bom exemplo de organização e gestão, que nos é dado pelos julgados de paz ou pelos centros de arbitragem de conflitos.

Há que trabalhar do lado dos utentes, dos cidadãos, promovendo o alargamento das vias alternativas de resolução de conflitos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

E, reconheça-se, há que trabalhar também do lado do sistema: melhorando os instrumentos de organização e gestão; simplificando e qualificando a feitura das leis e intensificando o uso das novas tecnologias.

Quero aqui saudar também os acordos interprofissionais para o sistema de justiça.

Trata-se de um importante contributo, na medida em que temos em cima da mesa 80 medidas propostas por quem conhece por dentro o sistema e que visam a sua melhoria.

Cabe agora ao poder político, ao Governo e à Assembleia da República, em articulação com os poderes próprios do Senhor Presidente da República, olharem para este contributo qualificado e agirem dentro da sua esfera de poderes próprios.

Superadas as principais dificuldades económicas e financeiras que marcaram os anos mais recentes, é tempo de prosseguir a consolidação orçamental com um novo olhar reformista.

Depois do tempo da urgência financeira, este é o tempo da política estratégica.

O setor da Justiça faz parte dessa equação estratégica, a par, certamente, das urgentes reformas do território e das florestas que o País exige.

As eleições europeias e legislativas serão apenas em 2019.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Os portugueses não compreenderiam que eventuais calculismos partidários prejudicassem a aprovação de mudanças que há muito se impõem.

Nesse sentido, quero desde já saudar o trabalho desenvolvido no âmbito da Comissão Eventual para o Reforço da Transparência em Funções Públicas, e o conjunto de iniciativas que vão agora entrar em fase de discussão pública e parlamentar.

Como tenho dito, a transparência, a publicidade, a divulgação dos processos legislativos não são aliados do populismo; pelo contrário, são um bom antídoto contra o populismo antiparlamentar, pois permitem aos cidadãos escrutinarem os seus representantes e verem com os próprios olhos a democracia a funcionar.

É uma honra dirigir-me a vós, em nome da Assembleia da República, sede do poder legislativo. Nos Tribunais, no Ministério Público, no Ministério da Justiça, nas diversas instituições da Justiça estão profissionais dedicados, que dão o seu melhor para servir a Justiça.

A todos, desejo um excelente Novo Ano Judicial, na esperança, por todos partilhada, de que o tempo que agora começa seja marcado por mais e melhor Justiça.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Eduardo Ferro Rodrigues